

REDE DE EDUCAÇÃO POPULAR E SAÚDE

EDITORIAL

n.1- ano1- abril/maio/junho 1999

Nos dias 3 e 4 de dezembro de 1998, um grupo de 60 pessoas de várias partes do Brasil e de três municípios da Argentina, de diferentes instituições e inserções profissionais e sociais reuniu-se em oficina convocada pela Articulação Nacional de Educação Popular em Saúde, por pesquisadores do Departamento de Endemias Samuel Pessoa (DENSP/Escola Nacional de Saúde Pública), Estudos Locais de Saúde (ELOS) e do Centro de Estudos e Pesquisa da Leopoldina (CEPEL). Os participantes decidiram estruturar a REDE DE EDUCAÇÃO POPULAR E SAÚDE que doravante assume as responsabilidades e tarefas até aqui desempenhadas pela antiga CONEPS.

A Coordenação Geral da Rede de Educação Popular e Saúde, indicada pelos participantes da oficina, integra membros da CONEPS, e se amplia com a presença de pessoas dos movimentos sociais e de outras regiões do Brasil e da Argentina.

Participam da Coordenação Geral as seguintes pessoas:

Eymard Mourão Vasconcelos (coordenador geral), Victor Vincent Valla, Maristela Fantim, Mônica de Assis, Elizabeth Smecke, Mariza Maria Conceição do Nascimento, Maria Helena Lopes, Rosalina Batista, Edson Cunha, Eliane Souza Santos e Sylvia Bermann (Argentina).

Para desempenhar a contento as atribuições da Rede, organizou-se, por indicação da mesma oficina, uma Coordenação Executiva, composta por Eduardo Navarro Stotz (coordenador-executivo), Victor Vincent Valla, José Wellington Gomes Araújo, Mariza Maria Conceição do Nascimento e Heloísa Lima Cerqueira. Os primeiros passos adotados foram integrar o cadastro dos participantes da Articulação e da Rede, a elaboração da home page e de lista de discussão por correio eletrônico (a cargo de Julio Wong Un).

A Rede começa a tomar corpo numa conjuntura política caracterizada pela subordinação do governo

brasileiro às exigências do programa de ajuste estrutural do Fundo Monetário Internacional, na realidade um passo adiante no aprofundamento da crise do Estado em países periféricos do capitalismo, como são os casos do Brasil e Argentina. A crescente incapacidade do Estado em assegurar adequadamente a oferta pública e gratuita de serviços de educação e saúde, vem acarretando a desproteção social de grandes parcelas da população já afetadas com o desemprego e a precariedade do trabalho. É neste contexto que precisamos atuar.

Crise, sabemos, é uma palavra que significa "risco" e "oportunidade". O primeiro sentido é sempre mais discutido porque os medos sociais são permanentes, principalmente numa sociedade onde a concentração da propriedade, nas mãos de poucos, define o poder social num Estado formalmente democrático, uma situação que Milton Santos caracteriza como transição para uma espécie de "democracia de mercado". O segundo sentido, o de crise como oportunidade, ainda carece de maior atenção. As próprias



as dificuldades da organização coletiva nesta conjuntura tornam mais difícil a percepção de que mudanças (para melhor) são possíveis. Mas a própria população espontaneamente busca soluções e outros caminhos para dar conta da falta de segurança generalizada e da escassez e precariedade dos serviços públicos. Nas experiências novas que estão se gestando, a crise aparece portanto como uma oportunidade de avaliar os problemas de outros modos e de pensar e trilhar caminhos diferentes para resolvê-los.

Trabalhamos pelo futuro. Somos um grupo que começa a articular-se por todo o Brasil e alguns laços na Argentina. Estamos representados no Conselho Nacional de Saúde, ao mesmo tempo em que cada um de nós dedica-se a um trabalho de educação e saúde no nível local, em suas cidades e áreas de regiões metropolitanas. A participação de todos, contribuindo para a reflexão e a ação, dará a medida do que somos capazes de fazer e da força de nossos sonhos.

Eymard Mourão Vasconcelos

"CIDADEZINHA QUALQUER
Carlos Drummond de Andrade

Casas entre bananeiras
Mulheres entre laranjeiras
Pomar amor cantar

Um homem vai devagar
Um cachorro vai devagar
Um burro vai devagar

Devagar... as janelas olham

Êta vida besta, meu Deus."

Será mesmo besta, Drummond?
Pode ser, pode não ser.
Besta, se forem esses atos
Uma rotina
Falta de opção.

Rica
se os passos
e os olhares
tiverem um sentido
na busca e na história
do homem que vai
da mulher que olha.

O sentido salva o ato
de sua mediocridade.

Entre o jantar no restaurante francês
e o P.F. no bar da esquina
a diferença maior não são as iguarias
mas o sentido do jantar na vida dos comedores.

Entre a trepada cheia de malabarismos
e o encostar a cabeça no ombro do namorado
a diferença maior não é a intensidade do prazer
mas o sentido do encontro na vida dos amantes.

Jantar refinado
sem encontro
sorrisos formais
gentilezas vazias.
Jantar sem gosto.

Marmitas com ovo, arroz e feijão
saboreadas com alegria
em comunhão.
Satisfação.
Um monumento na memória.

Lavar as meias do amado.
Levantar com amigos
as paredes do futuro lar.
Limpar o vômito
do filho doente, querido e carente.
Desdobrar-se no trabalho
para pagar a viagem sonhada.

Atos carregados de sentido
carinhos miúdos
inseridos numa história
com sonhos e esperança.
Realização.

Sentido
elo entre o cotidiano e o sonho.
Homem
bicho com o olhar para o alto.

O prazer
A beleza
O sentido
Trio mágico
a resplandecer a vida.

Final de milênio
desmoronamento de utopias
sonhos confusos
Propagação comercial de ilusões,
parafernália de comunicação
para massificação de projetos políticos.
Esperanças instáveis
descorafiadas.

Gestos com sentido questionado
sentido hesitante
vazio do cotidiano.
Restou o sentido animal
do prazer imediato.
Restou o sentido primário
da busca do conhecimento imediato.

Crise do gesto
crise do viver.
Jantar sem sal
carinho oco
trabalho que só dá trabalho.
Êta vida besta, meu Deus.

Na ausência de sonhos persistentes
que orientam com firmeza os sentidos dos gestos
resta a esperança
de novas descobertas.
Cada ato é uma busca,
gestos à procura do sentido.
O sentido é a busca.

Educação
construção conjunta do conhecimento necessário,
busca intencional de novos sentidos,
esforço de traduzir e dialogar os sentidos dos outros.

Educação em saúde
busca, em conjunto, do sentido
do cuidado do corpo
do cuidado com o outro

RELATOS DE EXPERIÊNCIAS

EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE E MEDICINA CHINESA

Desde 1991 desenvolve-se na Unidade de Saúde Integral do Hospital Regional de Planaltina e em outras unidades de atendimento da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, uma pesquisa-ação do ensino de conceitos da medicina tradicional chinesa e da prática, individual e em grupos, da automassagem nos pontos de acupuntura. Uma Coordenação de Terapias Não-Convencionais vem capacitando servidores e facilitadores. Apenas para dar uma idéia da receptividade da prática, em Planaltina, o grupo soma nos últimos anos a participação de mais de 1800 pessoas. Uma visão integral do ser humano, de sua interação social e com a natureza, princípios dessa prática de automassagem, além de melhora significativa para as pessoas, contribui para a humanização dos serviços de saúde, onde o paciente torna-se também um agente da própria saúde e da saúde da coletividade. É o que nos diz o Dr. Marcos que pode ser contatado através do endereço

MARCOS FREIRE JR.
SQN 316-G-502
70.775-070 Brasília - D.F.

COMO PARTICIPAR DA LISTA DE DISCUSSÃO

Para se inscrever na lista deve-se enviar uma mensagem para: redpopsaude-subscribe@onelist.com - subscribe to a list. sem assunto e no corpo da mensagem escrever `subscribe redpopsaude`

Se quiser sair da lista escrever para redpopsaude-unsubscribe@onelist.com - unsubscribe from a list. igual, sem assunto e no corpo da mensagem escrever `unsubscribe redpopsaude`

O servidor responderá a mensagem e dará as instruções para confirmar sua inscrição...

O ideal sobre o qual deveríamos nos basear é a cooperação, ou seja o intercâmbio dos trabalhos. É uma forma de tratar os homens como finalidades. Podemos suportar mas não aceitar o atual sistema social.
Simone Weil "Aulas de Filosofia, 1933-39"



CARTAS

No ano passado recebemos uma carta de Maria Teresa Cerqueira, Assessora Regional em Educação em Saúde e Participação Social, parte da Divisão de Promoção e Proteção da Saúde da Organização Panamericana de Saúde (OPAS), enviada a Eymard Vasconcelos. Refere-se ao boletim da Comissão Nacional de Educação Popular em Saúde e às iniciativas estruturadas no ano de 1998, como a oficina realizada no âmbito do V Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva, desejando-nos êxito em nossas atividades. Desde então, cabe observar, a articulação que sustentava a Comissão estruturou-se na atual Rede Educação Popular e Saúde.

Também recebemos cartas de Ana Cristina Passarella Brétas, do Departamento de Enfermagem da Universidade Federal de São Paulo, de Márcia Bernardo e de Maria Júlia de Souza Santos, do Setor de Meio Ambiente da Secretaria Municipal de Educação, ambas de Juiz de Fora, de Leila Z. Machado Souza, de Conselheiro Lafaiete, e de Eliana Amorim de Lacerda, Coordenadora do Programa Educação para a Mulher, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Governador Valadares. Todas solicitam materiais publicados pela Rede e também o recebimento do boletim. Aproveitamos para destacar que o nosso papel é o de *articular* grupos, entidades e movimentos atuantes na área de Educação Popular e Saúde. Mais do que distribuir materiais, interessa-nos identificar os produtores de materiais, como indicado na seção Drops deste boletim.

UM OLHAR SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE SOCIEDADE CIVIL E ESTADO NUMA ÉPOCA DE CRISE

Victor Vincent Valla

A idéia de que o governo é uma expressão da vontade popular e que esta vontade encontra-se coletivamente organizada na sociedade civil tem suas origens nas chamadas revoluções burguesas dos séculos XVII e XVIII, na Inglaterra e França. Derrubadas as monarquias organizadas nos Estados absolutistas, por força desses movimentos revolucionários, desenvolve-se a idéia e a prática de uma separação entre a sociedade civil e o Estado. Na experiência revolucionária da época, o vínculo de dependência do Estado em relação à sociedade era compreendido através da máxima *não há taxaço sem representação*. É certo que isso queria dizer que apenas as pessoas dos grupos sociais com propriedade e renda suficiente participavam e exerciam o poder do Estado.

Assim, a relação entre sociedade civil e Estado tornou-se essencialmente uma relação centrada na taxaço e na correspondente obrigação de oferecer serviços públicos. Na medida em que foi possível, graças ao vertiginoso aumento da produtividade do trabalho no capitalismo desde o final do século XIX, a produção em massa de mercadorias, o Estado impôs uma taxaço universal com imposto sobre consumo.

A questão da relação entre o Estado e a sociedade civil passa essencialmente, portanto, pelo fato de que o Estado coleta os impostos da sociedade e deveria devolvê-los através de diversos serviços. Na medida em que o Estado não cumpre com sua parte dessa relação, a sociedade civil se organiza para pressionar o Estado nesse sentido. Ocorre que o Estado, hegemônico por grupos vinculados mais ao capital do que ao trabalho, não cumpre com sua parte, e alegando compromissos com o credores internacionais, anuncia que não tem condições de oferecer os serviços de uma forma adequada. Neste ponto começa nossa discussão. Em que medida cabe a sociedade civil, quando não consegue pressionar adequadamente, tomar a iniciativa em torno dos serviços? O debate se centraliza em torno da questão da responsabilidades e competências. Pois, vamos imaginar que a sociedade civil pressiona, mas não determina como deveriam ser os serviços. Basta deixar nas mãos do Estado a determinação desse ponto? Ou seja, basta reivindicar? E, mesmo assim, há uma outra questão: até que ponto as iniciativas da sociedade civil acabam propiciando novas concepções de como deveriam ser os serviços?

A situação nos países em desenvolvimento é mais dramática porque políticas, instituições e serviços voltados para a proteção social — que nunca foram muito eficazes e dificilmente tinham caráter universal — vêm sendo revistos, desmontados ou limitados. Entretanto, a profunda crise daí decorrente deve estimular reflexões e proposições capazes de redimensionar as relações entre o Estado e a sociedade, particularmente para favorecer a ampla maioria dos que se encontram excluídos dos benefícios da riqueza e do bem-estar. Com isso quer-se chamar atenção para a necessidade de superar a mera defesa do papel do Estado em prover diretamente ou em regular a oferta privada (contratada ou autônoma) de serviços. Para que tais serviços contemplem de fato as necessidades sociais das populações, precisam levar em conta, obrigatoriamente, o que as pessoas pensam sobre seus próprios problemas e que soluções espontaneamente buscam.

A resposta a essa questão se encontra no interior de uma outra discussão sobre as relações entre os profissionais de saúde e educação e as organizações de classes populares. Certamente, o saber acumulado pelos profissionais poderia ser útil para os grupos organizados das classes populares. Mas com frequência é um saber desvinculado da prática do dia-a-dia, e neste sentido precisa ser modificado de acordo com os olhares dos setores populares. Os problemas que a população pobre enfrenta, aliás, frequentemente deixam de ser abordados tanto na academia, como nos serviços.

Mas esta não é apenas uma questão instrumental, uma vez que a própria essência da democracia depende da intervenção e do saber das classes populares para funcionar como uma democracia do ponto de vista substantivo, efetivo.

Finalmente é necessário estarmos atentos para os vários sentidos (polissemia) da categoria "sociedade civil". Muito utilizado para significar oposição a um determinado governo, é um termo que ainda reflete para muitos a conjuntura imediatamente pós-ditadura. Na realidade, a sociedade civil é um termo que aponta para aquelas parcelas da sociedade que representam o trabalho de organização e persuasão, isto é, os sindicatos, igrejas, partidos políticos e veículos de informação. Essas entidades podem tanto representar interesses conservadores e vinculados ao capital, quanto ao trabalho (*por exemplo: UDR e Sem Terra; PFL e PT; Caros Amigos e O Globo*).

5 PARTICIPAÇÃO DA REDE NA COMISSÃO PERMANENTE DE COMUNICAÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE.

Ouvindo uma recomendação do Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva de 1997, sugerida pelo GT de Comunicação da Associação Brasileira de Pós Graduação em Saúde Coletiva- ABRASCO, o CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE resolveu criar uma Comissão de Comunicação para lhe assessorar quanto a formulação e avaliação de políticas e estratégias de comunicação no campo da saúde. Ela foi instalada em janeiro de 1998, sendo a Articulação Nacional de Educação Popular em Saúde convidada a participar. O companheiro Eymard Vasconcelos representa a articulação desde 1998 e agora a Rede de Educação Popular e Saúde. Já foram realizadas oito reuniões até o presente momento.

A participação nesta Comissão assessora do CNS tem possibilitado um conhecimento das iniciativas e políticas do setor. Tem ficado evidente como existem múltiplas iniciativas dentro do Ministério da Saúde voltadas para a educação e a comunicação em saúde, mas que são dispersas e não articuladas entre si. O Ministério tem se dedicado muito mais à implementação de atividades próprias (produção de material educativo, Disque Saúde, campanhas publicitárias) do que ao apoio e dinamização das iniciativas de municípios e estados, fugindo assim da perspectiva de descentralização das ações de saúde no SUS. A Coordenação de IEC (Informação, Educação e Comunicação) que vinha desenvolvendo atividades de apoio à organização de Núcleos de IEC nos estados e municípios do Nordeste, com o fim do financiamento do Banco Mundial em 1997, teve suas atividades totalmente esvaziadas dentro do Ministério. Desde então, as ações de educação e comunicação no Brasil tem sido resultado de iniciativas isoladas e dispersas de grupos das secretarias municipais e estaduais de saúde. Não há nenhuma política nacional de apoio, avaliação ou difusão destas iniciativas. Quase todo o recurso federal neste campo é gasto com campanhas veiculadas nos meios de comunicação de massa. Por sinal, o controle deste imenso recurso fica fora do Ministério da Saúde, diretamente controlado pela Presidência da República. Vemos, no entanto, com esperanças os projetos que começam a se organizar na Secretaria de Políticas de Saúde.

A Comissão de Comunicação do CNS já tomou algumas iniciativas. Coordenou a discussão do tema "*Fluxo de Comunicação entre os conselhos e a sociedade e entre os conselheiros e seus representados*" no II Encontro Nacional de Conselheiros de Saúde (com quase 2000 participantes). Está organizando uma oficina de trabalho reunindo representantes dos principais atores nacionais no campo da educação e comunicação do SUS para discutir estratégias de operacionalização das recomendações aprovadas no II Encontro Nacional de Conselheiros. Tem participado no processo de produção do Boletim do Conselho Nacional de Saúde. Está ainda negociando junto ao Ministério da Saúde a produção de uma série de publicações voltadas para a formação de conselheiros na área de comunicação.

TEXTOS DA ÁREA

EDUCAÇÃO EM SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA. PARA ALÉM DOS MODELOS A BUSCA DE COMUNICAÇÃO

Este é o título do trabalho de Mônica de Assis, publicado pela Série Estudos em Saúde Coletiva. Rio de Janeiro: Instituto de Medicina Social/UERJ, no. 169, de novembro de 1998.

O estudo aborda a Educação em Saúde a partir do panorama histórico e conceptual desta prática. É feita uma revisão crítica dos modelos e desenvolvida uma perspectiva de atuação à luz do conceito de agir comunicativo, desenvolvido por Habermas. Trata-se de uma reflexão sobre a necessidade de se redimensionar o sentido pedagógico/político das práticas educativas, conciliando a dimensão individual e coletiva em bases que ampliem a esfera da comunicação e privilegiem a qualidade da interação nas relações intersubjetivas.

O texto é extraído da dissertação de mestrado intitulada *Da Hipertensão à Vida: por uma práxis comunicativa na Educação e Saúde*. Rio de Janeiro: IMS/UERJ, 1992. A autora é assistente social e sanitária e trabalha na Universidade Aberta da Terceira Idade - UnATI/UERJ. Telefones para contato:

(021)587-7236/ 424-6176 e Fax: (021)264-6170.

A *Voz do Hipertenso: Representações Sociais da Hipertensão Arterial - Um Estudo de Caso em Jurujuba, Niterói, RJ* é o título dissertação defendida por Márcia Guimarães de Mello Alves em 1998 na Escola Nacional de Saúde Pública, para obtenção do título de mestre.

Trata-se de um estudo onde foram entrevistados usuários do programa Médico de Família atendidos com hipertensão arterial, bem como profissionais de saúde e gerentes do programa. Seu objetivo foi conhecer as representações sociais sobre hipertensão arterial (o que é, como se sente, o que causa e como se trata). A representação social é a de que a hipertensão não é uma doença, mas um "assassino silencioso". Todos consideraram que a origem desta condição está no cotidiano: nas condições de vida, nas relações sociais, incluindo as de natureza afetiva. Medicalizar, apenas, não está sendo capaz de resolver essa questão. É mister considerar outras formas de abordá-la dentro e fora dos serviços de saúde. A autora é médica-sanitarista. Telefone para contato: (021) 719-9455/620-4826 e

E-mail: magma@ax.apc.org

EDUCAÇÃO E SAÚDE: A PRÁTICA DOS PROFISSIONAIS EM QUESTÃO

Renata Pekelman, Margarita Diercks, Ananyr Porto Fajardo e Bárbara Halpp do Núcleo de Educação e Saúde Comunitária do Hospital Nossa Senhora da Conceição de Porto Alegre, são as autoras dos artigos "*Educação em saúde: como fazer*" e "*As práticas educativas dos profissionais de saúde do serviço de Saúde Comunitária*", que serão publicados na revista *Momentos e Perspectivas em Saúde*, do Grupo Hospitalar Conceição.

Contatos através do E-mail: braupp@cpovo.net.

UM OLHAR SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE SOCIEDADE CIVIL E ESTADO NUMA ÉPOCA DE CRISE

Victor Vincent Valla

A idéia de que o governo é uma expressão da vontade popular e que esta vontade encontra-se coletivamente organizada na sociedade civil tem suas origens nas chamadas revoluções burguesas dos séculos XVII e XVIII, na Inglaterra e França. Derrubadas as monarquias organizadas nos Estados absolutistas, por força desses movimentos revolucionários, desenvolve-se a idéia e a prática de uma separação entre a sociedade civil e o Estado. Na experiência revolucionária da época, o vínculo de dependência do Estado em relação à sociedade era compreendido através da máxima *não há taxaço sem representação*. É certo que isso queria dizer que apenas as pessoas dos grupos sociais com propriedade e renda suficiente participavam e exerciam o poder do Estado.

Assim, a relação entre sociedade civil e Estado tornou-se essencialmente uma relação centrada na taxaço e na correspondente obrigação de oferecer serviços públicos. Na medida em que foi possível, graças ao vertiginoso aumento da produtividade do trabalho no capitalismo desde o final do século XIX, a produção em massa de mercadorias, o Estado impôs uma taxaço universal com imposto sobre consumo.

A questão da relação entre o Estado e a sociedade civil passa essencialmente, portanto, pelo fato de que o Estado coleta os impostos da sociedade e deveria devolvê-los através de diversos serviços. Na medida em que o Estado não cumpre com sua parte dessa relação, a sociedade civil se organiza para pressionar o Estado nesse sentido. Ocorre que o Estado, hegemônico por grupos vinculados mais ao capital do que ao trabalho, não cumpre com sua parte, e alegando compromissos com o credores internacionais, anuncia que não tem condições de oferecer os serviços de uma forma adequada. Neste ponto começa nossa discussão. Em que medida cabe a sociedade civil, quando não consegue pressionar adequadamente, tomar a iniciativa em torno dos serviços? O debate se centraliza em torno da questão da responsabilidades e competências. Pois, vamos imaginar que a sociedade civil pressiona, mas não determina como deveriam ser os serviços. Basta deixar nas mãos do Estado a determinação desse ponto? Ou seja, basta reivindicar? E, mesmo assim, há uma outra questão: até que ponto as iniciativas da sociedade civil acabam propiciando novas concepções de como deveriam ser os serviços?

A situação nos países em desenvolvimento é mais dramática porque políticas, instituições e serviços voltados para a proteção social — que nunca foram muito eficazes e dificilmente tinham caráter universal — vêm sendo revistos, desmontados ou limitados. Entretanto, a profunda crise daí decorrente deve estimular reflexões e proposições capazes de redimensionar as relações entre o Estado e a sociedade, particularmente para favorecer a ampla maioria dos que se encontram excluídos dos benefícios da riqueza e do bem-estar. Com isso quer-se chamar atenção para a necessidade de superar a mera defesa do papel do Estado em prover diretamente ou em regular a oferta privada (contratada ou autônoma) de serviços. Para que tais serviços contemplem de fato as necessidades sociais das populações, precisam levar em conta, obrigatoriamente, o que as pessoas pensam sobre seus próprios problemas e que soluções espontaneamente buscam.

A resposta a essa questão se encontra no interior de uma outra discussão sobre as relações entre os profissionais de saúde e educação e as organizações de classes populares. Certamente, o saber acumulado pelos profissionais poderia ser útil para os grupos organizados das classes populares. Mas com frequência é um saber desvinculado da prática do dia-a-dia, e neste sentido precisa ser modificado de acordo com os olhares dos setores populares. Os problemas que a população pobre enfrenta, aliás, frequentemente deixam de ser abordados tanto na academia, como nos serviços.

Mas esta não é apenas uma questão instrumental, uma vez que a própria essência da democracia depende da intervenção e do saber das classes populares para funcionar como uma democracia do ponto de vista substantivo, efetivo.

Finalmente é necessário estarmos atentos para os vários sentidos (polissemia) da categoria "sociedade civil". Muito utilizado para significar oposição a um determinado governo, é um termo que ainda reflete para muitos a conjuntura imediatamente pós-ditadura. Na realidade, a sociedade civil é um termo que aponta para aquelas parcelas da sociedade que representam o trabalho de organização e persuasão, isto é, os sindicatos, igrejas, partidos políticos e veículos de informação. Essas entidades podem tanto representar interesses conservadores e vinculados ao capital, quanto ao trabalho (*por exemplo: UDR e Sem Terra; PFL e PT; Caros Amigos e O Globo*).

NOTAS

Grupo Mineiro apoia a coordenação da rede.

Em 1994 a Articulação Mineira de Educação Popular em Saúde organizou o seu primeiro encontro estadual que teve uma grande repercussão. Foram quase 200 participantes. Foi conseguido o apoio de várias instituições entre as quais se destacou a organização não governamental Visão Mundial. Um dos resultados do encontro foi um saldo em dinheiro proveniente das taxas de inscrição cobradas. Infelizmente, o grupo que vinha tomando a frente das iniciativas da Articulação Mineira de Educação Popular em Saúde, se dispersou. A companheira Elizabeth Mascarenhas Lemos, tesoureira do grupo, após consulta a outros colegas, resolveu doar os recursos que estavam lá parados para a coordenação da Rede de Educação Popular e Saúde. Foram enviados R\$4.622,97 que foram depositados em uma caderneta de poupança em nome de Eymard Vasconcelos. A coordenação da Rede agradece a confiança dos colegas de Minas. Parte dos recursos recebidos foram utilizados no projeto gráfico e editoração deste boletim e na organização da rede eletrônica.

1º Salão de Pesquisa do Serviço de Saúde Comunitária do Grupo Hospitalar Conceição (SSC/GHC) de Porto Alegre.

Mais de 45 trabalhos científicos na área da Atenção Primária à Saúde foram apresentados, como comunicação oral e poster. O evento contou com a participação de mais de 75 inscitos. Houve destaque para os trabalhos de pesquisa na área de avaliação dos serviços de saúde, educação popular e antropologia médica. Como conclusão desse Salão, ficou estabelecida a criação de um Núcleo de Pesquisa no Serviço de Saúde Comunitária, que aglutinará os pesquisadores e traçará as linhas gerais de pesquisa na instituição. Os organizadores planejam editar em breve os anais desse encontro.

Informações pelo E-mail <prmmgc@ghc.com.br>, com Francisco J. Arsego de Oliveira, coordenador do evento.

Estas informações foram divulgadas no JC E-Mail, 14 de dezembro/98 - No. 1169 - Notícias de C&T - Serviço da SBPC.

Rede de Informação Saúde, Saúde, Sexualidade e Direitos Reprodutivos REDIR

Foi organizado na cidade de Juiz de Fora com o objetivo de fomentar o debate e intercâmbio de informações no campo dos direitos sexuais e reprodutivos, REDIR é uma iniciativa vinculada ao Projeto "As mulheres e seus direitos" com o apoio da Fundação Mac Arthur. A organização da rede conta ainda com a fundamental parceria do Núcleo de Assessoria, Treinamento e Estudos em Saúde/UFJF. A rede já possui aproximadamente 200 pessoas cadastradas entre professores e alunos da universidade, profissionais de saúde e educação, integrantes de ONGs que atuam no campo social do município de Juiz de Fora e de outras regiões, que vem participando das discussões temáticas. Um boletim informativo também foi criado - REDIR.

Informações com Elaine Reis Brandão (coordenadora do Projeto) no endereço: Faculdade de Serviço Social/UFJF- Campus Universitário - Martelos - Cep: 36036-330 - Juiz de Fora - Minas Gerais-
Tel: (032) 229 4561 - Fax: (032) 2293560 - E-mail: sreb@centroin.com.br

Rede de Educação em Saúde em Mato Grosso

Desde dezembro de 1998, um conjunto de entidades públicas, privadas e populares vem se reunindo em Cuiabá com o propósito de promover a integração de instituições e grupos populares na construção de conhecimentos e ações em Educação em Saúde. A iniciativa é um desdobramento do 1º Encontro Interinstitucional de Educação em Saúde e da oficina que estruturou a Rede de Educação Popular em Saúde, realizados em julho/dezembro desse ano.

Contatos com Maria Helena Lopes. Tel: (065) 322-5984

E-mail: aids@zaz.com.br

fusca@zaz.com.br

cress20regmt@interfox.com.br

AGENDA

✓ Está planejada para acontecer de 23 a 28 de agosto de 1999, em São Paulo, a VIII Conferência Mundial da ICEA-Associação Internacional de Educação Comunitária, representada aqui no Brasil pelo Instituto Paulo Freire, com o apoio da UNESCO e do Conselho da Terra. As inscrições podem ser feitas até o dia 30 de junho de 1999. Haverá uma programação especial aberta ao público sem cobrança de taxa e apresentação de trabalhos. Para maiores informações entrar em contato com a Secretária Geral: Instituto Paulo Freire - Rua Cerro Corá, 550, 2º andar, Cj. 22 - CEP 05061-100, São Paulo - SP, ou pelo telefone (5511)3021-5536, Fax: (5511) 3021-5589 ou E-mail: ipf@paulofreire.org. Quem se interessar pode acessar o web site em

<http://www.paulofreire.org>.

✓ Já está on-line a página do Curso de Aperfeiçoamento de Educação e Saúde, no web site

<http://www.ensp.fiocruz.br/cursos/caes.html>.

O objetivo geral do Curso, a ser realizado no 2º semestre de 1999, é o de preparar a ementa e capacitar docentes para a realização de um Curso de Especialização de Educação e Saúde descentralizado, estruturado através da Rede Educação Popular e Saúde. Em breve, através da lista de discussão redpopsaude@onelist.com, informações mais específicas serão divulgadas.

RED-POP

Dos dias 14 a 17 de junho de 1999 acontecerá, no Hotel Glória, no Rio de Janeiro, a VI Reunião da RED-POP (Red de Popularización de la Ciencia y la Tecnologia en America Latina y el Caribe). O MAST/CNPq representa o Brasil. E-mail para henrique@omega.lncc.br

IMPRESSO

BOLETIM DA REDE

Publicação da Rede de Educação Popular e Saúde

Este é o número de lançamento do boletim, que ainda não tem nome próprio. Convenhamos, rede, não serve como tal. Assim, participe da campanha para dar um nome ao Boletim da Rede, enviando sugestões para a equipe responsável.

Editor: Eduardo Navarro Stotz

Colaboraram neste número: Eduardo Navarro Stotz, Eymard Mourão Vasconcelos, Maria Eugênia (Kena) U. Silva, Victor Vincent Valla.

Secretária administrativa: Maria das Graças B. da Silva (Graça)

Apoio: ENSP - Escola Nacional de Saúde Pública/Fiocruz

Projeto Gráfico: Zona Criativa Programação Visual Ltda (021 - 2053220)

Tiragem:

Endereço: Av. Brasil 4036, sala 905 - Manguinhos - Rio de Janeiro - Cep: 21 040-360 - Tel/Fax:

2607453/590 9122 r. 307/308/310

Gráfica:

Destinatário